

Secretaria de Estado de Comunicação Social

Secretário: Bernardo Assis Fonseca Santos

Fundação TV Minas - Cultural e Educativa

PORTARIA CONJUNTA FTVM E EMC
Nº 10 DE 28 DE AGOSTO DE 2023

Institui o Comitê de Gestão de Riscos, implementa o plano de gerenciamento de riscos que consiste no gerenciamento, na avaliação e no registro dos riscos nos processos e dá outras providências.
O Presidente da Empresa Mineira de Comunicação, designado para responder pela Fundação TV Minas Cultural e Educativa, nos termos do Ato do Governador publicado em 04/11/2022, no uso de suas atribuições legais, e no uso da competência delegada por meio do Art 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.747, de 07/11/2019, da Lei Estadual nº 23 304, de 30 de maio de 2019, da Lei Estadual nº 22 294, de 20 de setembro de 2016, bem como do Decreto Estadual nº 47 750, de 12 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Gestão de Riscos da Empresa Mineira de Comunicação e da Fundação TV Minas Cultural e Educativa, estrutura de Governança para Gestão de Riscos da Organização.

§1º Compete ao Comitê de Gestão de Riscos:

I. Divulgar a Política de Gestão de Riscos da Empresa Mineira de Comunicação e da Fundação TV Minas Cultural e Educativa;
II. Capacitar sobre a temática de Gestão de Riscos em conjunto com a Controladoria Geral do Estado;

III.Elaborar plano de ação semestral para tratamento dos riscos mapeados;

IV.Identificar, definir parâmetros e elaborar plano de ação para riscos de fraude e corrupção;

V.Enviar relatório quadrimestral para a Auditoria Interna com o desempenho da Gestão de Riscos de cada diretoria;

VI.Identificar os riscos dos processos críticos, elaborar um plano de ação para os mesmos e revisá-los periodicamente;

VII.Divulgar todos os processos quadrimestralmente com Matriz de riscos e os tratamentos identificados.

§2º O Comitê de gestão de Riscos será composto por:

I. Diretor Geral ou cargo com atividade análoga, sendo o presidente e tendo voto de qualidade;

II. Gerente de Produção e Promoção do Audiovisual ou cargo com atividade análoga;

III. Gerente de Projetos e Parcerias ou cargo com atividade análoga;

IV. Gerente Técnico de Manutenção e Operações ou cargo com atividade análoga;

V. Gerente de Produção ou cargo com atividade análoga;

VI. Gerente de Logística e Patrimônio ou cargo com atividade análoga.

§3º O Comitê deverá se reunir ao menos uma vez por mês, sendo necessária a presença de no mínimo quatro membros, para deliberação conforme competências descritas no §1º do Artigo 1º desta Portaria.

§4º A atuação de servidor ou empregado público como membro do Comitê é a bem do interesse público e não enseja o recebimento de recursos, devendo ser compatibilizada com as atividades de responsabilidade cotidiana do trabalhador.

Art. 2º Fica instituída a obrigatoriedade de Estudo Técnico Preliminar ou quando couber, a Justificativa de Dispensa do mesmo, para todos os processos relacionados:

a) Permuta;
b) Parcerias;
c) Desenvolvimento de Programas;
d) Planejamento de Compras;
e) Processos de compras.

§1º Para gestão processual dos itens elencados no caput, será obrigatório o preenchimento do Formulário de Autorização para Gestão e Monitoramento de Riscos para as próximas fases e etapas dos processos.

§2º Os processos sem o Formulário de Autorização para Gestão e Monitoramento de Riscos devidamente preenchido, serão devolvidos para o demandante para correta instrução processual.

§3º O planejamento anual de compras somente considera pleitos cujo Formulário de Autorização para Gestão e Monitoramento de Riscos e Estudo Técnico Preliminar estejam devidamente instruídos no fluxo de Gestão Processual.

§4º O Formulário de Autorização para Gestão e Monitoramento de Riscos deverá ser assinado pelo Diretor da área demandante, pelo Gerente de Planejamento, Contabilidade e Finanças em caso de previsão de custos vinculados, pelo Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças e pelo Diretor Geral.

§5º O Formulário de Autorização para Gestão e Monitoramento de Riscos deve ser incluído ao processo SEI, imediatamente após Estudo Técnico Preliminar ou quando for o caso, Justificativa de Dispensa do ETIP.

Art. 3º Cada diretoria deverá apresentar bimestralmente, relatório de Matriz de Gerenciamento e Mitigação de Riscos conforme Anexo II, relacionado ao disposto no Formulário de Autorização para Gestão e Monitoramento de Riscos, e encaminhar para Auditoria Interna e Assessoria da Presidência pelo sistema SEI.

§1º Quando o nível do risco for identificado como alto após a mitigação, o mesmo deverá ser encaminhado pela Auditoria Interna ao Conselho de Administração da Empresa Mineira de Comunicação, que terá de avaliar a situação em relação aos riscos categorizados e limite de tolerância aos riscos estabelecidos conforme o disposto na DELIBERAÇÃO CONSAD Nº01/2021, que delibera e implementa o manual da Política de Gestão de Riscos da Empresa Mineira de Comunicação.

Art. 4º Fica aprovada a Norma de Procedimento 001/2023, que regulamenta a gestão de riscos nas licitações e contratos, visando a elaboração da Matriz de Risco e Matriz de Atribuição de Risco para fins de contratação com terceiros, conforme da Lei nº 13.303/2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2023.

Gustavo Mendicino de Oliveira

Presidente

Empresa Mineira de Comunicação
Fundação TV Minas Cultural e Educativa

29 1836270 - 1

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Secretário: Leônidas José de Oliveira

Expediente

DESPACHO DECISÓRIO

REFERÊNCIA: DECISÃO DO RECURSO INTERPOSTO EM FACE DA NÃO APROVAÇÃO DE PROJETO APRESENTADO À RESOLUÇÃO SEC Nº 136/2018 - 2018.13604.0467

DECISÃO

O Subsecretário de Estado de Cultura, no uso da competênciaque lhe confere o § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e em conformidade com o disposto 67 e 68 na Resolução SEC nº 136/2018 torna público, para o conhecimento dos interessados, a decisão proferida em relação aorecurso do Projeto 2018.13604.0467 (69293726)interposto em face da decisão de não aprovação de projeto inscrito na Resolução SEC nº 136/2018.

O recurso foi submetido à Superintendência de Fomento Cultural, Economia Criativa e Gastronomia da Secult, conforme Capítulo VIIda Resolução SEC nº 136/2018, sendo recebido em 07/07/2023.

Considerando o Parecer Técnico SECULT/DFC nº. 25/2023 (70411008) e a Nota Técnica nº 34/SECULT/DFC/2023(71560194).

ATO DA DIRETORA

PROCESSO SEI Nº 1220.01.0000203/2020-87

ATO 82 DE RETIFICAÇÃO, DE 29 DE AGOSTO DE 2023.

A Diretora de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, usando da competência que lhe delega o inciso II do art. 8º da Resolução SEDE nº 29, de 27 de maio de 2021, alterada pela Resolução SEDE nº 22, de 17 de julho de 2023,

29 1836406 - 1

DESPACHO DECISÓRIO

REFERÊNCIA: DECISÃO DO RECURSO INTERPOSTO EM FACE DA NÃO APROVAÇÃO DE PROJETO APRESENTADO À RESOLUÇÃO SEC Nº 136/2018 - 2018.13607.0690

DECISÃO

O Subsecretário de Estado de Cultura, no uso da competênciaque lhe confere o § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e em conformidade com o disposto 67 e 68 na Resolução SEC nº 136/2018 torna público, para o conhecimento dos interessados, a decisão proferida em relação aorecurso do Projeto 2018.13607.0690 (69463870)interposto em face da decisão de não aprovação de projeto inscrito na Resolução SEC nº 136/2018.

O recurso foi submetido à Superintendência de Fomento Cultural, Economia Criativa e Gastronomia da Secult, conforme Capítulo VIIda Resolução SEC nº 136/2018, sendo recebido em 11/07/2023.

Considerando o Parecer Técnico SECULT/DFC nº. 26/2023 (70455476) e a Nota Técnica nº 35/SECULT/DFC/2023(71575664).

Frente ao exposto, decido pelo recebimento e não provimento do recurso interposto contra a relação de projetos inscritos e relação dos projetos não aprovados e desclassificados da Resolução SEC nº 136/2018, ATO COPEFIC 17/2023 (69469971), publicado no dia 04 de julho de 2023.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2023.

Igor Arci Gomes

Subsecretário de Estado de Cultura

29 1836419 - 1

DESPACHO DECISÓRIO

REFERÊNCIA: DECISÃO DO RECURSO INTERPOSTO EM FACE DA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROJETO APRESENTADO À RESOLUÇÃO SEC Nº 136/2018 - 2018.13607.0705

DECISÃO

O Subsecretário de Estado de Cultura, no uso da competênciaque lhe confere o § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e em conformidade com o disposto 67 e 68 na Resolução SEC nº 136/2018 torna público, para o conhecimento dos interessados, a decisão proferida em relação aorecurso do Projeto 2018.13607.0705 (69661510)interposto em face da decisão da desclassificação de projeto inscrito na Resolução SEC nº 136/2018.

O recurso foi submetido à Superintendência de Fomento Cultural, Economia Criativa e Gastronomia da Secult, conforme Capítulo VIIda Resolução SEC nº 136/2018, sendo recebido em 13/07/2023.

Considerando o Parecer Técnico SECULT/DFC nº. 28/2023 (70462640) e a Nota Técnica nº 36/SECULT/DFC/2023(71586135).

Frente ao exposto, decido pelo recebimento e não provimento do recurso interposto contra a relação de projetos inscritos e relação dos projetos não aprovados e desclassificados da Resolução SEC nº 136/2018, ATO COPEFIC 17/2023 (69677849), publicado no dia 04 de julho de 2023.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2023.

Igor Arci Gomes

Subsecretário de Estado de Cultura

29 1836423 - 1

Fundação Clóvis Salgado - FCS

Presidente: Sérgio Rodrigo Reis

A Chefe de Gabinete da Fundação Clóvis Salgado, no uso da competência delegada pela Portariaº 16/2023, autoriza afastamento para gozo de férias prêmio, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/4/2003 e Decreto 48173/2021, aservidora: MARIÂNGELA CARAMATI TOLEDO, Masp 1035846-3, BAIL, por 3 (três) meses e 15 (quinze) dias a contar de 11/09/2023, ficando 05 (cinco) mesese 15 (quinze) dias de saldo de férias prêmio.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2023.

Kátia Marília Silveira Carneiro

Chefe de Gabinete

29 1836335 - 1

Instituto de Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA

Presidente: Marília Palhares Machado

PORTARIA IEPHA/MG Nº 44/2023

A Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 8º, I, do Decreto nº. 47.921/2020, de 22 de abril de 2020, RESOLVE:

Art. 1º Conceder, nos termos do art. 36, § 20 da CE/89, redação dada pela EC nº 104/20 e art. 151 do ADCT da CE/89, combinado com art. 147 do ADCT, acrescentado pela EC nº 104/2020, regra de transição/ pedágio, abono de permanência ao servidor Marco Antônio de Souza, Masp. 1.019.028-8, cargo efetivo de Técnico de Gestão, Proteção e Restauro, nível V, Grau F, a partir de 02 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2023.

MARÍLIA PALHARES MACHADO

Presidente

29 1836265 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Secretário: Fernando Passalio de Avelar

Expediente

ATO DA DIRETORA

PROCESSO SEI Nº 1220.01.0002188/2023-27

A Diretora de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, usando da competência que lhe delega o inciso I, do art. 8º, da Resolução SEDE nº 29, de 27 de maio de 2021, alterada pela Resolução SEDE nº 22, de 17 de julho de 2023, CONCEDE QUINQUÊNIO ao Servidor Thiago Tomaz de Souza Chaveiro, Masp 1.083.606-2, nos termos do art. 112 do ADCT, da CE/1989, em cumprimento a Orientação de Serviço SEPLAG/SUGESP nº 1/2023.

RETIFICA ato que autoriza o afastamento para Gozo de Férias Prêmio, publicado em 29/08/2023, do servidor Marcus Vinicius das Neves de Miranda, onde se lê: Masp: 349.901-9, leia-se Masp: 1.036.405-7, por incorreção no original enviado.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2023.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Aline Chaves Lopes

Diretora de Recursos Humanos

29 1836371 - 1

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

Presidente: Paulo Sérgio Lacerda Beirão

ATO DO SENHOR PRESIDENTE

CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO nos termos do § 4º do art.31, da CE/1989, aos servidores abaixo relacionados, tendo em vista as considerações da Orientação de Serviço SEPLAG/SUGESP nº 01/2023.

Masp	Nome	Cargo	Quinquênio/Ref.	Vigência
1186791-8	Adriana Alves de Souza	TACT	3º	22/01/2023
1171512-5	Alan Cordeiro Fagundes	TACT	3º	01/07/2022
1165379-7	Alice Avelino Pereira Martins	GCT	3º	23/03/2022
1184041-0	André Luiz Ferreira Rocha	TACT	3º	17/11/2022
1292517-8	Cynthia Mendonça Barbosa	GCT	2º	01/10/2021
116917-2	Elerson Paulo Gonçalves	TACT	3º	06/01/2023
1158249-1	Elson de Abreu Rocha Júnior	GCT	3º	05/12/2021
1066685-7	Fabiano de Souza Valentim	GCT	4º	03/01/2022
1308371-2	Fernanda Meireles Silva	GCT	2º	30/07/2022
1176036-0	Josefina Delogo de Castro	GCT	3º	28/07/2022
1166486-4	Lidiane Barbosa Vilela	GCT	3º	16/06/2022
1181820-0	Luciana Paula Lourenço	TACT	3º	25/10/2022
1164078-6	Margara Aparecida de Freitas Moreira	GCT	3º	10/03/2022
860767-3	Márcia Maria Ferreira Aguiar	GCT	6º	01/06/2023
1183235-9	Maria Guilhermina Vale	GTC	3º	08/11/2022
1164589-2	Ramon Pereira Souza	TACT	3º	18/05/2022
1171352-6	Renata Carvalho Pinto Coelho	GCT	3º	09/06/2022
1167126-0	Rosana Aparecida Gomes	TACT	3º	19/04/2022

(A) Prof. Dr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão - Presidenteda FAPEMIG

29 1836487 - 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG

Presidente: Bruno Selmi Dei Falci

A Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições delegadas pela Resolução JUCEMGnº 04 de 29/05/2019 e, conforme termos da Orientação de Serviço SEPLAG/SUGESP nº 01 de 02/06/2023, fundamentada na decisão exarada pelo TCE/MG no Processo/ Consulta nº 1114737, na regra disposta no art. 146 da Lei Estadual nº 24.313 de 28/04/2023, na manifestação do Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais por meio do Ofício AGE/GAB/ASSGAB nº 691/2023 e na prescrição contida no caput e os incisos I, VI e IX do art.8º da Lei Complementar Federal nº 173 de 27/05/2020, bem ainda o seu 8ºº acrescentado pela Lei Complementar nº 191 de 08/03/2022, CONCEDE 03(TRES) MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31 da CE/1989, à servidora descrita no quadro abaixo.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2023.
Marinely de Paula Bomfim.
Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Masp	Nome	Admissão	Cargo	Quinquênio	Vigência
1045501-2	Rosângela de Lourdes Ferreira de Azevedo	I	TGRE	9º	24/08/2023

29 1836438 - 1

A Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições delegadas pela Resolução da JUCEMG, RD nº 04, de 29/05/2019, AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS PRÊMIO, aos servidores:

Nos termos da Resolução SEPLAG nº. 22 de 25/04/2003 e, conforme § único, do Decreto nº 48.173 de 08/04/2021, por 15(quinze) dias, a partir de 11/09/2023: Masp 1255424-2, CLAUDINEY APARECIDO DO AMARAL, cargo TGRE, nível II, grau C, referente ao 2º quinquênio de exercício, e Masp 1045261-3, MIRIAN SANDRA PINTO MOURÃO, cargo AGRE, nível V, grau P, referente ao 7º quinquênio de exercício. Nos termos da Resolução SEPLAG nº. 22 de 25/04/2003, por 01 (um) mês, a partir de 11/09/2023: Masp 1124576-8, FABRIZIO MANLIO HENRIQUES FERREIRA, cargo TGRE, nível III, grau C, referente ao 3º quinquênio de exercício, e Masp 1255528-0, GRAZIELA DA COSTA ALEXANDRE, cargo TGRE, nível II, grau C, referente ao 2º quinquênio de exercício.

Nos termos das Resoluções SEPLAG nº. 22 de 25/04/2003 e nº. 56 de 14/08/2009, por 01 (um) mês, a partir de 11/09/2023, Masp 1260401-3, MARCELA BEATRIZ VASCONCELLOS SANTOS, cargo TGRE, nível II, grau C, referente ao 1º quinquênio de exercício.

Belo Horizonte, 28 agosto de 2023

Marinely de Paula Bomfim

Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

29 1835937 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Secretária: Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Expediente

ATOS DO SENHOR DIRETOR

A Diretoria de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, de acordo Decreto 47.761 DE 20/11/2019:

REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei n.º 869/1952, entre 02/08/2023 e 09/08/2023, ao servidor PEDRO HENRIQUE DIAS FONTES, Masp 361.625-7, admissão 01, a partir de 02/08/2023.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE, nos termos do inciso XIX, do art. 7º, c/c o § 3º do art. 39 da CR/1988 e § 1º do art. 10 do ADCT da CR/1988, por 20(vinte) dias, ao servidor:Masp 752.475-4, ANTÔNIO EDUARDO VIANA MIRANDA, a partir de 17.08.2023.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2023, Wesley Ferreira

dos Santos- Diretor de Recursos Humanos.

29 1836439 - 1

Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas - IDENE

Diretor-Geral: Carlos Alexandre Gonçalves da Silva

A Diretora de Planejamento Gestão e Finanças do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE e NORDESTE DE MINAS GERAIS, conforme delegação de competência contida no Art. 1 da Portaria IDENE Nº 01 de 12 de janeiro de 2022, e no uso de suas atribuições, AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202308292320020115.